

**ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO
COMUNIDADE LUZ DA VIDA**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezesseis (29/08/2016), às 19h (dezenove horas), no auditório do Edifício Office Flamboyant, localizado à Avenida Jamel Cecílio, nº 3.310, Jardim Goiás, Goiânia-GO, reuniram-se as pessoas a seguir nominadas, **José Carlos Marques Sousa Reis**, brasileiro, empresário, casado, inscrito no RG sob o número 1566716, SSP-GO e no CPF sob o número 441.456.751-34, residente e domiciliado à Alameda das Paineiras, Chácara 20, Setor Recreio dos Bandeirantes, Goiânia-GO, **Edmar José da Silva**, brasileiro, casado, Empresário, inscrito no CPF sob o número 426.276.301-30, com endereço à Rodovia GO-060, Km10, Sítio Canto da Mata, Zona Rural, Trindade-Goiás, **IR. Raquel Ferreira Lemes**, brasileira, solteira, Bacharel em Comunicação Social, Radio e TV, Filosofia e Missionária Religiosa, inscrita no CPF sob o número 604.929.701-06, residente e domiciliada à Rua A-2, Quadra 03, área 02, Residencial Anhambí, Aparecida de Goiânia-GO, **José Luiz de Moura Almeida**, brasileiro, casado, Economista e Empresário, inscrito no RG sob o número 1566716 SPTC/GO, residente e domiciliado à Alameda dos Buritis, 152, Centro, Goiânia-GO, **Izekson José da Silva**, brasileiro, casado, Administrador e Doutor em Engenharia Mecânica, inscrito no CPF sob o número 130.095.321-72, residente e domiciliado à rua T-33, número 188, apartamento 104-B, Setor Bueno, Goiânia-GO, **Gilmar Bessa de Barros**, brasileiro, casado, Superintendente Executivo do CREDEQ, inscrito no CPF sob o número 337.076.421-00, residente e domiciliado à Rua do Calmas, quadra 84, lote 24, Prive Atlântico, Goiânia-Goiás, **Cleison Rodrigues da Silva**, brasileiro, casado, Analista de Sistemas, Diretor Geral do CREDEQ, inscrito no CPF sob o número 825.451.381-34 e RG sob o número 3174844 SSP/GO, residente e domiciliado à Rua Francisco Alves Forte, Quadra 39, Lotes 03/04, Setor Solange Park 3, Goiânia-GO, **Leonardo Ferreira Araújo Ornelas**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF sob o número 548.310.241-04 e RG sob o número 18089 OAB/GO, residente e domiciliado à Rua C-160, Quadra 297, Lote 07, casa 01, Jardim América, Goiânia-GO, **Tiago Batista de Oliveira**, Médico Psiquiatra, Diretor Técnico do CREDEQ, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o número 928.855.511-00 e RG sob número 3685131 SSP-GO residente e domiciliado à rua natal, número 340, Residencial Costa Dourada, Apartamento 1401, Setor Alto da Glória, Goiânia-GO, CEP 74815-705, **Salette Maria de Sousa Reis**, brasileira, solteira, Diretora Administrativo-Financeira do CREDEQ, residente e domiciliada à Alameda das Magnólias, número 201, quadra 10, Lote 07/11, Setor Recreio dos Bandeirantes, Goiânia-GO, CEP 74482-320, **Francisco de Assis Queiroz**, brasileiro, casado, gestor público, residente e domiciliado à rua SR1, Qd 03, Lt. 23B, Parque Santa Rita, Goiânia-GO, inscrito no CPF sob o número 357.684.444-91 e RG sob o número 605591 SSP-RN, **Luis**

Miguel da Silva Júnior, brasileiro, casado, residente e domiciliado à Av. T05, 1134, apto. 302, Setor Bueno, Goiânia-GO, como secretário “*ad hoc*”, e José Carlos Marques Sousa Reis, já qualificado, como Presidente da mesa, com finalidade de deliberar sobre os seguintes assuntos: **1- Comunicado sobre a alteração da Lei das OSS (Lei 19.324, de 30 de maio de 2016); 2-Fixação da Remuneração da Diretoria do CREDEQ; 3-Designar e dispensar membros da Diretoria do CREDEQ; 4-Aprovação dos Regulamentos de Compras e de Recursos Humanos; 5-Outros assuntos de interesse geral.** Em primeira chamada, às 18h30m, constatou-se a ausência dos Conselheiros, já em segunda chamada, realizada às 19h, constatou-se a presença de quatro Conselheiros, quais sejam Edmar José da Silva, já qualificado, Izekson José da Silva, já qualificado, Ir. Raquel Ferreira Lemes, já qualificada e José Luiz de Moura Almeida, já qualificado. Iniciada a sessão, o Presidente da mesa fez o uso da palavra, realizando breves considerações a respeito da Comunidade Luz da Vida. Em seguida, a pedido do Senhor Presidente, li a ordem do dia, para a qual fora convocado e que tem o seguinte teor: 1-Comunicado sobre a alteração da Lei das OSS (Lei 19.324, de 30 de maio de 2016); 2-Fixação da Remuneração da Diretoria do CREDEQ; 3- Designar e dispensar membros da Diretoria do CREDEQ; 4-Aprovação dos Regulamentos de Compras e de Recursos Humanos; 5-Outros assuntos de interesse geral. **Após, procedeu-se à leitura do item 1**, qual seja, “Comunicado sobre a alteração da Lei das OSS (Lei 19.324, de 30 de maio de 2016)”. Continuamente, o Dr. Leonardo fez extensas explicações sobre as alterações da Lei, sendo que restou esclarecido o assunto a todos, sendo a mencionada lei recepcionada pelos presentes, não mais podendo alegar desconhecimento. **Em seguida, passou-se ao item 2**, “Fixação da Remuneração da Diretoria do CREDEQ”, e, dada a palavra ao Superintendente Executivo este ponderou sobre a alteração que seria realizada para o mês de setembro do corrente ano. Disse que o quadro de salários do CREDEQ está abaixo do valor de mercado, comparado a outras OSS. Que as alterações serão realizadas a partir do próximo mês. Dr. Leonardo ponderou que a adequação dos salários acarretará em diminuição do índice de evasão dos colaboradores. A planilha dos salários da Diretoria segue anexa. Feitas tais considerações, o item 2 foi devidamente aprovado pelo Conselho por unanimidade. **Seguindo a ordem do dia, passou-se à discussão ao item 3**, “Designar e dispensar membros da Diretoria do CREDEQ”. Dada a palavra ao Superintendente Executivo, este informou a sua saída da Superintendência Executiva do CREDEQ, sendo substituído pela Diretora Administrativa e Financeira, Salete Maria de Sousa Reis. Informou que a Diretoria Administrativa e Financeira do CREDEQ será ocupada pelo Senhor Francisco de Assis Queiroz, já qualificado, o qual realizou a sua apresentação na oportunidade, demonstrando qualificação profissional para ocupação do cargo. Discutida a pauta por todos os presentes, **o item 3 foi aprovado** por unanimidade pelos Conselheiros. Posteriormente, **procedida a leitura do item 4**, “Aprovação dos Regulamentos de

Compras e de Recursos Humanos”, dada a palavra ao Dr. Leonardo, este fez extensas ponderações sobre a aprovação dos regulamentos de compras e RH. Disse sobre as alterações que foram efetuadas e que foram submetidas ao crivo da Controladoria Geral do Estado – CGE, o qual fez suas considerações a respeito, estando ambos de acordo com as recomendações do órgão. Dada a palavra ao Conselheiro Izekson, este ponderou sobre o art, 4º, III, requerendo a correção ortográfica do item. Foi esclarecido pelo assessor jurídico que para a próxima reunião do conselho, juntamente com outras alterações que o regulamento sofrerá, que se faça a correção do texto, sendo acatada a sugestão por todos. Tecidas as considerações necessárias, o **item 4** foi devidamente aprovado pelos Conselheiros por unanimidade. Dada a palavra à Diretora Administrativa e Financeira, esta sugeriu outros horários para a realização das reuniões do Conselho. O Conselheiro Izekson sugeriu que se fizessem as reuniões de terça-feira em diante, sendo acatado pelos demais conselheiros presentes. Dada a palavra ao Conselheiro Edmar, este ponderou sobre as faltas reiteradas dos demais Conselheiros, onde foi esclarecido pelo assessor jurídico que existe previsão no regulamento da Associação da Comunidade para exclusão do conselheiro que tiver 03 faltas consecutivas nas reuniões agendadas. Após o uso da palavra por quem a requereu, verificou-se que ninguém a usou para impugnar a deliberação, o Presidente suspendeu a sessão pelo tempo necessário para a lavratura desta ata, o que eu fiz como secretário. Após, reaberta a sessão, a mesma foi lida e aprovada e segue assinada pelo Presidente da Assembleia, por mim, secretário, e por todos os demais presentes.

Goiânia – GO, 29 de agosto de 2016.

Ass. Presidente: _____;

Ass. Secretário: _____;

Jorge Bolmaro
Eduete Maria de Sousa Reis

Roquel Ferreira Bemes.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

O Vice-presidente da Associação Comunidade Luz da Vida, no uso de suas atribuições e na forma prevista no art. 30 do Estatuto Social **CONVOCA** os conselheiros para reunião do Conselho de Administração a se realizar no dia 29/08/2016, às 18h30min, no seguinte endereço: Auditório do Edifício Office Flamboyant, sito à Av. Jamel Cecílio, nº 3.310, Jardim Goiás – Goiânia/GO, em primeira convocação, observando-se o quórum de 1/3 e, em segunda convocação, 30 minutos após, com qualquer número, para tratar dos seguintes assuntos:

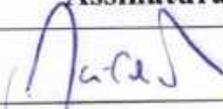
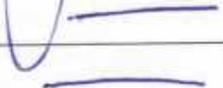
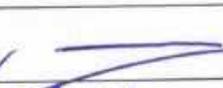
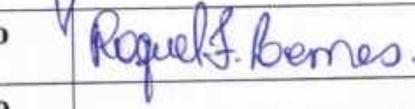
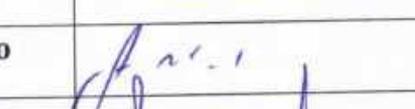
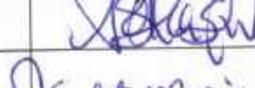
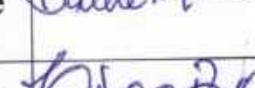
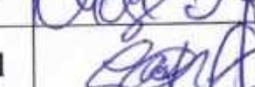
1. Comunicado sobre a alteração da Lei das OSS (Lei 19.324, de 30 de maio de 2016);
2. Fixação da Remuneração da Diretoria do CREDEQ;
3. Designar e dispensar membros da Diretoria do CREDEQ;
4. Aprovação dos Regulamentos de Compras e de Recursos Humanos;
5. Outros assuntos de interesse geral.

O presente edital foi publicado no site www.credeq-go.org.br, e afixado no placar de avisos da sede da entidade.

Goiânia, 16 de Agosto de 2016.


JOSÉ CARLOS MARQUES SOUSA REIS
Presidente

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE
 ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE LUZ DA VIDA –
 29/08/2016**

	Nome	Cargo	Assinatura
01	José Carlos Marques Sousa Reis	Vice-Presidente	
02	Afrêni Gonçalves Leite	Conselheiro	
03	Nion Albernaz	Conselheiro	
04	Fábio Barbosa de Oliveira Junior	Conselheiro	
05	Edmar José da Silva	Conselheiro	
06	Jamersom Spíndola	Conselheiro	
07	IR. Raquel Ferreira Lemes	Conselheiro	Raquel F. Lemes.
08	Hernandes Cândido de Oliveira	Conselheiro	
09	José Luiz de Moura Almeida	Conselheiro	
10	Sebastião Romário Damas	Conselheiro	
11	Izekson José da Silva	Conselheiro	
12	Gilmar Bessa de Barros	Superintendente Executivo	
13	Cleison Rodrigues da Silva	Diretor Geral	
14	Salete Maria de Sousa Reis	Diretora Administrativa e Financeira	Salete Maria de S. Reis
15	Tiago Batista de Oliveira	Diretor Técnico	
16	Luis Miguel da Silva Júnior	Secretário Geral	
17	Leonardo Ferreira Araújo Ornelas	Assessor Jurídico	
18	FRANCISCO DE ASSIS QUEIROZ		
19			

**LISTA DE PRESENÇA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE LUZ DA VIDA –
29/08/2016**

20			
21			
22			
23			
24			
25			
26			
27			
28			
29			
30			

**ILUSTRÍSSIMO SENHOR DOUTOR OFICIAL DO 1º TABELIONATO DE
PROTESTOS E REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS, TÍTULOS E
DOCUMENTOS DA COMARCA DE GOIÂNIA GO.**

JOSÉ CARLOS MARQUES SOUSA REIS, brasileiro, empresário, casado, portador da CI: 1566716 SSP-GO e do C.P.F. 441.456.751-34, residente e domiciliado na Alameda das Paineiras, Chácara 20, Setor Recreio dos Bandeirantes, Goiânia-GO, representante legal da pessoa jurídica de direito privado denominada **ASSOCIAÇÃO COMUNIDADE LUZ DA VIDA**, com sede na Alameda das Paineiras, chácara 20, Recreio dos Bandeirantes, Goiânia-GO, vem, à presença de V.S.ª, requerer que se digne mandar **averbar**, o seguinte documento **Ata da Assembleia Ordinária, realizada no dia 29 de agosto de 2016.**

Nestes termos,

Pede deferimento.

Goiânia-GO, 29 de agosto de 2016.


JOSÉ CARLOS MARQUES SOUSA REIS
Vice-Presidente

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA GESTÃO
DOS RECURSOS FINANCEIROS
PROVENIENTES DO CONTRATO
FIRMADO PARA GESTÃO DO
CREDEQ – APARECIDA DE
GOIÂNIA.

**REGULAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E
ALIENAÇÕES**

CAPÍTULO I

SEÇÃO I

PRINCÍPIOS

Art. 1º - O presente instrumento tem como objetivo regulamentar os procedimentos gerais para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, a serem realizados pelo CREDEQ, com a utilização de recursos originários do Contrato de Gestão.

Parágrafo único - O presente regulamento versará sobre adoção de procedimentos e condutas adotadas pelo CREDEQ – UNIDADE APARECIDA DE GOIÂNIA – PROF. JAMIL ISSY, obedecendo ao disposto na Constituição Federal, no que tange, sobretudo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aos ditames do contrato de gestão firmado entre o Estado de Goiás, através da Secretária Estadual de Saúde e a Associação Comunidade Luz da Vida.

SEÇÃO II

DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para a finalidade deste regulamento considera-se:

I. Compra: toda aquisição remunerada de materiais de consumo e/ou bens permanentes para fornecimento de uma só vez ou de forma parcelada, com a finalidade de suprir a Instituição com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

II. Contratação: vínculo jurídico formal com o fornecedor de bens de consumo, bens permanentes, obras e serviços, expressos por ordem de compra ou contrato.

III. Obra: toda construção, demolição, reforma, recuperação ou ampliação de edificação ou de qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou subsolo e demais atividades que envolvam as atribuições privativas de Engenharia e Arquitetura.

IV. Serviço: prestação de qualquer trabalho intelectual, técnico ou manual, quando não integrante de execução de obra.

V. Alienação: toda cessão ou transferência de bens móveis, onerosa ou gratuita, permanente ou temporária.

VI. Carta Cotação/Edital: documento formal emitido pelo CREDEQ dando conhecimento público de seu interesse em comprar, contratar ou alienar, contendo todas as informações necessárias.

VII. Parecer de Compras/Eleição da Proposta: documento elaborado pelo comprador relatando sucintamente a negociação e o seu resultado.

VIII. Ordem de Compra: documento formal emitido pelo CREDEQ concretizando o ajuste comercial com o fornecedor, representando fielmente todas as condições da negociação, a exemplo de descontos, prazo de entrega, condição de pagamento e outras consideradas relevantes.

IX. Contrato: documento formal que em razão da natureza ou complexidade do ajuste comercial, estabelece por meio de cláusulas, as condições de fornecimento de bens de consumo, bens permanentes, obras, serviços e outras avenças, em conformidade com o Direito Civil Brasileiro e os princípios da teoria geral de contratos.

X. Aquisições/Contratações de Grande Vulto: Aquelas cujo valor total estimado da contratação/aquisição ultrapassa a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

XI. Aquisições/Contratações Comuns: Representam todas aquelas cujo os objetos contratados/adquiridos são usualmente comercializadas, ou seja, cuja qualidade, medida e especificações técnicas são conhecidas e praticadas no mercado.

XII. Aquisições/Contratações Complexas: São todas aquelas que exigem um grau de dificuldade que não são conhecidas no mercado, e/ou exigem uma personalização, com especificações técnicas inéditas para atendimento da necessidade do CREDEQ.

XIII. Aquisições/Contratações de Pequeno Valor: Considera-se, para todos os efeitos, as aquisições de bens e contratações de serviços definidas de pequeno valor aquelas até o limite, atualmente, de R\$ 8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

XIV. Urgência ou Emergência, caracterizadas pela ocorrência de fatos inesperados e imprevisíveis, cujo não atendimento imediato seja mais gravoso importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, reconhecidos pela administração, assim como, possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares

XV. Eventual: despesas casuais e fortuitas.

Ata de registro de preços: é um recurso usado na contratação de bens e serviços, em que as empresas assumem o compromisso de fornecimento a preços e prazos registrados previamente.

Art. 3º - As obras ou serviços serão objetos de contratação somente quando os esforços, competência, qualificação e dimensão excedam às capacidades autossuficientes do CREDEQ e tenham caráter indispensável em vista do funcionamento operacional e administrativo da Instituição.

CAPITULO II

SECÃO I

DA PUBLICIDADE

Art. 4º - O CREDEQ dará publicidade prévia aos avisos de compras, contratações de obras, de serviços e alienações, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para aquisições/contratações comuns e de no mínimo 10 (dez) dias úteis para aquisições/contratações complexas e/ou de grande vulto nos seguintes canais de comunicação:

I - Sítio eletrônico na internet do CREDEQ para todas as aquisições, contratações e alienações, incluídas aquelas que forem realizadas por meio de plataforma eletrônica de compras;

II - Jornal de grande circulação estadual e/ou nacional e no Diário Oficial do Estado, para contratações, cujo valor esteja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), considerado o valor total estimado da aquisição, da contratação ou da alienação;

§ 1º - Havendo publicação em mais de um canal acima descrito, a contagem de prazo se dará a partir daquela que ocorrer por último.

§ 2º - Em todas as hipóteses elencadas nos incisos I e II deste artigo, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico na internet do CREDEQ as versões integrais dos Editais (ou documentos que os substituam) das aquisições, alienações e contratações a serem realizadas.

Art. 5º - Excetuam-se ao disposto no artigo quarto, as seguintes situações:

I) Nas aquisições de bens, materiais, e contratações de serviços e/ou importações cujo valor não exceda R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) por ano, considerado o valor total da aquisição e/ou contratação, poderá ser dispensada a publicação prévia a que dispõe o artigo 4º deste Regulamento, vedado o fracionamento de despesas. Neste caso, deverá ser realizada cotação simples de preço, por e-mail, fax, formulário próprio, consulta a site na internet do fornecedor, entre outros.

II) Nas compras ou contratações realizadas em caráter urgência ou emergência, caracterizadas pela ocorrência de fatos inesperados e imprevisíveis, cujo não atendimento imediato seja mais gravoso importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, reconhecidos pela administração, assim como, possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e

somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, desde que, a vigência e a quantidade sejam limitadas ao tempo previsto para a aquisição na forma ordinária deste regulamento.

III) Na contratação de empresa especializada ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, desde que comprovada a inviabilidade de competição.

IV) Quando o fornecedor for exclusivo para o objeto da compra ou contratação, desde que comprovada a exclusividade, através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local, pelo Sindicato ou equivalente, ou ainda por declaração do fabricante, vedada a preferência de marca.

V) Quando não acudirem interessados à seleção anterior devidamente publicada nos termos do artigo 4º e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para o objeto do contrato de gestão, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

VI) Contratação de empresas públicas, entidades paraestatais, entidades sem fins lucrativos na área de educação, encaminhamento para pesquisa científica, tecnologia, organizações sociais, universidades nacionais ou estrangeiras. Nesses casos, a contratação somente poderá ocorrer se houver uma correspondência entre as atividades-fim de tais entidades com aquelas elencadas no contrato de gestão.

VII) Padronização: Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, devidamente justificadas;

VIII) Contratação de concessionário ou permissionário de serviços públicos se o objeto do contrato for pertinente ao da concessão ou permissão.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos III, IV, VI e VII, deste artigo, a empresa contratada deverá comprovar a compatibilidade do preço praticado no mercado, por meio de, pelo menos, uma nota fiscal de outros clientes, com produtos/serviços idênticos ou similares, ou o Serviço de

Compras poderá comprovar a compatibilidade de preços através de contratações realizadas pela administração pública, entidades públicas ou privadas do terceiro setor para validação do valor contratado.

§ 2º - As compras ou contratações realizadas com fundamento nos Incisos I, II, e V, deste artigo, serão realizadas por meio de pesquisa de mercado, mediante cotação de preços, sempre que possível junto a, no mínimo, 03 (três) interessados, podendo essa ser realizada por telefone, e-mail ou orçamentos, devidamente registrada no respectivo processo de compras/contratação.

Art. 6º - Os resultados de todas as compras, contratações de obras e serviços, e as alienações serão disponibilizados no sítio eletrônico **do CREDEQ**, durante a vigência do contrato de gestão, observadas minimamente as seguintes informações:

I. Nos casos de ordem de compra.

a) Nome da empresa.

b) CNPJ.

c) Descrição do item.

d) Quantidade do item.

e) Valor por item.

f) Valor total.

II. Nos casos de Contrato.

a) Nome da empresa.

b) CNPJ.

c) Objeto do contrato.

d) Vigência do contrato.

e) Valor mensal.

f) Valor total.

Parágrafo único – Além das informações elencadas no inciso II deste artigo, todos os contratos (e seus aditivos) firmados deverão ser publicados, na sua íntegra, no sítio eletrônico **do CREDEQ**.

SECÃO II

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Toda aquisição de bens e materiais, contratação *de* obras e serviços será efetuada mediante utilização de procedimentos de compras e de contratações abertos e acessíveis ao público, divulgando as convocações e resultados das aquisições por meio da internet, na página do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química – CREDEQ, exceto as ressalvadas, previstas no art. 5º do presente regulamento.

Parágrafo Primeiro: Para a consecução dos objetivos previstos no caput, o CREDEQ poderá utilizar de plataforma eletrônica de gerenciamento de preços.

Parágrafo Segundo: É facultada a escolha da melhor proposta por valor global ou por item, cujo objeto seja divisível, desde que, conste no edital esta previsão.

Parágrafo Terceiro: Para as compras de grande vulto, além do previsto no parágrafo anterior, haverá a publicação em jornal de grande circulação e estarão sujeitas a aprovação do conselho de administração *ad referendum*.

Parágrafo Quarto: Excluem-se das exigências dos parágrafos anteriores e do *caput* as aquisições realizadas de pequeno valor e aquelas realizadas em caráter de urgência ou emergência.

Parágrafo Quinto: Qualquer compra, obra e serviço que possua valor bruto de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) serão previamente autorizados pela Diretoria Administrativa/Financeira, sendo, ao final, a aquisição autorizada pela Diretoria Geral do CREDEQ, por meio da assinatura da competente Ordem de Compra ou do respectivo Contrato e poderão ser contratados mediante procedimento *de cotação* de preços, devendo o setor de compras buscar sempre colacionar aos autos a comprovação de ter atendido os critérios insculpidos em art. 11 deste regulamento.

Parágrafo Sexto: Os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações cujo valor global seja superior ao valor definido no parágrafo anterior, deverão ser encaminhados, via Superintendência Executiva e autorizados pela Presidência da Associação Comunidade Luz da Vida.

SEÇÃO III

DO PROCEDIMENTO DE COMPRA, DE OBRAS E/OU SERVICOS:

Art. 8º - O procedimento compreenderá o levantamento de preços no mercado e será procedido de no mínimo 03 (três) propostas de diferentes fornecedores, ou obtidas por meio de cotação prévia de preços, anexadas ao processo de compra.

Parágrafo primeiro - Quando não for possível realizar o número de cotações estabelecido no caput do presente artigo a Diretoria Administrativa/Financeira poderá autorizar a compra com o número de cotações que houver, mediante justificativa por escrito do serviço de compras.

Parágrafo segundo - O CREDEQ poderá optar pela adesão aos valores registrados em Atas de Registros de Preços vigentes para formalizar negociação diretamente com o fornecedor e propor a contratação nos mesmos moldes do Poder Público contratante, substituindo com isso, a fase de cotação de preços na formalização dos seus processos de aquisições e contratações.

Parágrafo terceiro - O disposto no parágrafo segundo deste artigo somente se aplica quando a licitação tiver sido promovida por órgão ou entidade da União, dos Estados ou do Distrito Federal, devendo constar no respectivo processo de compra/contratação a Ata de Registro de Preços que serviu de referência para negociação, bem como cópia de sua publicação na imprensa oficial.

Art. 9º - Inicia-se o procedimento (compra, obras, serviços) por solicitação escrita ou por intermédio de recurso eletrônico que deverá ser feita pelo setor/unidade requisitante à Diretoria Administrativa Financeira, sendo por esta autorizada a cotação de preços e início do procedimento.

Parágrafo único: A solicitação deverá conter a descrição completa do objeto, suas especificações, quantitativos, justificativa e regime de compra: rotina, urgência ou eventual e forma de eleição da proposta: global ou por item.

Art. 10 - Caso haja autorização, o processo será encaminhado ao setor, para *que* dê continuidade ao procedimento.

Art. 11 - Será (ao) selecionada(s) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), levando-se em consideração os critérios:

I. Qualidade.

II. Preço.

III. Prazo de entrega.

IV. Faturamento mínimo.

V. Prazo de validade

VI. Análise técnica.

VII. Durabilidade do produto/serviço.

VIII. Garantia do produto/serviço.

IX. Avaliação de fornecedores.

X. Custo do transporte e do seguro da carga até o local da entrega.

XI. Economia na execução, conservação e operação.

XII. Adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho.

XIII. Impacto ambiental.

XIV. Atendimento ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

XV. As condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do bem.

XVI. Comprovação de capacidade técnica nos casos de fornecimento de bens, serviços ou obras, especialmente aqueles que envolvam importação de matéria-prima ou equipamentos,

detenham conhecimento técnico específico, se constitua em alta complexidade ou envolva área ou atividade essencial.

XVII. Funcionalidade e adequação ao interesse da Unidade de Saúde.

XVIII. Outros, excepcionalmente, identificados como relevantes para a decisão, desde que previamente publicados na carta cotação e devidamente fundamentado no processo de compra/contratação.

Parágrafo Único: Caso haja divergência entre as especificações constantes no pedido de cotação e na proposta de preço, valerá a do primeiro, devendo o fornecedor executar o objeto em conformidade com o pedido de cotação.

Art. 12 - Após a conclusão do procedimento, a gerência de compras publicará o resultado, concedendo-se prazo de 02 (dois) dias úteis para Interposição de recurso, quando houverem concorrentes irrisignados com o resultado, sendo este por escrito e protocolado na Superintendência Executiva, contendo qualificação das partes e razões recursais, sendo este julgado pela Superintendência Executiva num prazo de até 03 (três) dias úteis, estando a decisão disponível junto à Assessoria Jurídica da Unidade.

Art. 13 - Não havendo interposição de recurso, o processo será encaminhado para apreciação e homologação, feita pela diretoria geral, ressalvando às hipóteses previstas no parágrafo sexto do art. 7º.

Art. 14 - Com as cotações e/ou propostas, e eventuais decisões administrativas, cabe à Diretoria Geral avaliar a ordem de compra, que autorizará ou não a realização do procedimento de compra, ressalvando às hipóteses previstas no parágrafo sexto do art. 7º.

Art. 15 - Caso a compra não seja autorizada, dá-se por encerrado o procedimento.

Art. 16 - A Ordem de Compra corresponde ao contrato formal efetuado com o fornecedor e encerra o procedimento de compras, representando fielmente todas as condições da negociação, a exemplo de descontos, prazo de entrega, condição de pagamento e outras consideradas relevantes para a gestão do processo.

Parágrafo primeiro - A Ordem de Compra deverá ser assinada pelo Gerente de Compras, pela Diretoria Administrativa/Financeira e pela Diretoria Geral, ressalvadas às hipóteses do parágrafo sexto do art. 7º.

Parágrafo segundo - Nos casos de aquisição de bens de consumo e bens patrimoniais ou prestação de serviços continuados, bem como aqueles que por sua natureza ou complexidade a administração da Unidade julgar conveniente, será lavrado contrato, que se regerá pelo Direito Civil Brasileiro e pelos princípios da Teoria Geral de Contratos.

Parágrafo terceiro - As quantidades cotadas poderão sofrer aumento ou redução de até 25% (vinte e cinco) por cento, dentro da validade da proposta até mesmo através de Ordem de Compra Complementar, conforme interesse do CREDEQ, sendo que nos casos de aumento deverá haver concordância do fornecedor.

Parágrafo quarto - O fornecedor deve registrar na NOTA FISCAL a ser emitida de forma impressa no corpo da mesma (e/ou documentos equivalentes) o número do Contrato de Gestão (e aditivos) a que a despesa se refere.

SEÇÃO IV

DA REGULARIDADE JURÍDICA e FISCAL

Art. 17. Para habilitar na oferta de preço os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Última alteração do Contrato ou Estatuto Social, desde que devidamente consolidada, ou Contrato e Estatuto de Constituição acompanhado da última alteração contratual;
- III. Inscrição Estadual ou declaração de isento;
- IV. Inscrição Municipal ou declaração de isento, no caso de obras e serviços;
- V. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, que abranja inclusive a regularidade relativa às contribuições previdenciárias e sociais;
- VI. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual de Goiás, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;

- VII. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais, no caso de obras e serviços;
- VIII. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;
- IX. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;
- X. Documentos pessoais dos sócios ou dirigentes (RG e CPF);
- XI. Procuração e documentos pessoais (RG e CPF) para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarão o contrato.

Parágrafo primeiro: Se necessários à completa avaliação do fornecedor, a critério da Diretoria Geral, outros documentos poderão ser exigidos, desde que previamente estabelecidos do edital.

Parágrafo segundo: Admitir-se-á como válida a certidão positiva com efeito de negativa.

Parágrafo terceiro: O CREDEQ a qualquer tempo poderá desclassificar a proposta ou desqualificar o proponente sem que a esse caiba direito de indenização, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou de circunstância que desabone sua idoneidade financeira ou técnica, ou ainda que comprometa sua capacidade de produção, relativo a entrega e qualidade dos produtos.

Parágrafo quarto: A empresa que incorrer em reincidências de erros (cancelamento de entrega, orçamentos com erros no valor, marca, apresentação, etc) poderá ser inativada para participar de futuras compras do CREDEQ, por prazo não superior a 02 (dois) anos, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18 - Exceções para regularidade fiscal:

- I. Pequeno valor: aquisições de bens e prestação de serviços até o valor de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)
- II. Emergência: Situações em que o risco envolvido seja elevado a tal ponto de ocasionar dano irreparável ou de difícil reparação.
- III. Fornecedor Exclusivo;
- IV. Inexistência de outros fornecedores na localidade.

Parágrafo único - É defeso a realização de contratações sem qualquer comprovação da regularidade jurídica do terceiro, sendo recomendável (porém não impositiva) a exigência dos documentos previstos no art.14, notadamente aqueles obtidos pela internet. Entretanto, circunstâncias específicas da contratação podem possibilitar o cumprimento desse requisito por meio de outros documentos indicativos da existência e formalidade perante a ordem jurídica e o mercado em que atua.

SEÇÃO V

DA ELABORAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 19 - Os contratos firmados com os fornecedores deverão conter, no mínimo, cláusulas que estabeleçam necessariamente:

- I. A qualificação das partes;
- II. O objeto e seus elementos característicos, contendo a especificação da obra, do serviço, ou do bem;
- III. Os valores unitários e totais e as condições de pagamento;
- IV. O prazo de vigência do contrato;
- V. Quantitativos;
- VI. Direitos, obrigações e responsabilidades das partes;
- VII. As penalidades cabíveis e, quando aplicável, os valores das multas;
- VIII. Os índices de reajuste e, quando aplicável, as garantias;
- IX. Os casos de rescisão;
- X. A obrigação de que as partes ajam de modo leal, responsável e probo, além de perseguir a boa fé, para repelir quaisquer ações intencionalmente desleais, injustas, desonestas, prejudiciais, fraudulentas ou ilegais, sempre ancorados nas ações de transparência pública.
- XI. Outras previamente estabelecidas no instrumento de seleção.

§ 1º Os contratos firmados pelo CREDEQ terão vigência inicial de até 12 meses, salvo as situações devidamente justificadas.

§ 2º Exceto os casos em que o fornecedor detiver o monopólio ou exclusividade da atividade, os contratos firmados poderão ser prorrogados até o limite total de 60 (sessenta) meses, devendo o CREDEQ, anualmente, nesses casos, comprovar que a prorrogação da avença atende ao princípio da economicidade.

§ 3º Quando na utilização de recursos oriundos de contratos de gestão, os contratos firmados pelo CREDEQ deverão conter cláusula que disponha sobre a obrigatoriedade de rescisão contratual em caso de término do contrato de gestão.

§ 4º A determinação do prazo não será aplicada para os contratos de adesão, independentemente do termo adotado, assim compreendidos aqueles em que as cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que se possa discutir ou modificar seu conteúdo.

§ 5º As contratações realizadas por meio de contratos de adesão, à exceção daquelas em que houver monopólio ou exclusividade da atividade, deverão ser reavaliadas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, em casos excepcionais devidamente justificados, estender por um período não superior a 12 (doze meses), com o objetivo de comprovar a vantajosidade da manutenção do contrato.

Art. 20. As aquisições para entrega imediata e a contratação de serviços não contínuos dispensam a confecção de contrato e a execução do objeto obedecerá às disposições contidas nas especificações do pedido de cotação e na proposta de preços.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entrega imediata como sendo aquelas cujo quantitativo de itens adquiridos seja entregue em uma única parcela em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo Segundo: Entende-se por serviços não contínuos como sendo aqueles que são contratados para atender demandas eventuais e que, após a sua execução, deem-se por finalizados, ser necessidade de continuidade.

Art. 21. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

Parágrafo único – Os contratos poderão ser aditados, nas hipóteses de acréscimo, que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, e no caso particular de reforma predial ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), e poderão ser suprimidos em qualquer quantidade.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

Art. 22. Ao divulgar o resultado, a unidade concederá um prazo de 02 (dois) dias úteis para a interposição de recurso, que deverá ser apresentado de forma escrita, em petição endereçada à Superintendência Executiva, mediante protocolo.

Art. 23. O Recurso interposto/impugnação será criteriosamente avaliada pelo Superintendente da unidade, que decidirá sobre o caso num prazo de 03 (três) dias úteis, sendo disponibilizada cópia da decisão junto à Assessoria Jurídica da unidade.

CAPÍTULO IV

SEÇÃO I

DOS PAGAMENTOS

Art. 24. Os pagamentos devem ser feitos preferencialmente por transferência bancária, boleto, e excepcionalmente por cheque, excetuando as despesas de pequena monta.

Parágrafo Primeiro: Cabe ao(a) contratado(a) o fornecimento dos dados bancários de corretos, haja vista que a unidade não se responsabilizará por dados fornecidos incorretamente.

Parágrafo segundo: O pagamento será efetuado somente ao emissor da Nota Fiscal, através de Conta Corrente de Pessoa Jurídica.

Art. 25. O pagamento somente poderá ser efetuado mediante entrega da respectiva nota fiscal.

§ 1º - De modo geral, o pagamento será realizado após a entrega dos bens ou da execução dos serviços contratados, devendo o setor responsável atestar se os bens foram entregues e/ou se os serviços foram executados, sob pena *de* responsabilidade.

§ 2º - Excepcionalmente poderá o pagamento ser efetuado antes da entrega dos bens e da execução dos serviços, desde que, a natureza da contratação ou aquisição assim se exija e devidamente justificado pela diretoria financeira.

§ 3º - Nos casos de adiantamento de caixa e outras aquisições, que se fizerem necessárias pela natureza da operação, fica autorizado o pagamento antes da entrega do bem, desde que, justificado.

SEÇÃO II

DO RECEBIMENTO DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 26. O recebimento dos bens de consumo, bens patrimoniais ou serviços será realizado pelo Serviço de Almojarifado e/ou pelo Serviço de Manutenção e Patrimônio e que, se de outra forma não for determinada, ficam responsáveis pela conferência dos mesmos com as especificações contidas na Ordem de Compra ou Contrato, e ainda pelo encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento.

CAPÍTULO V

SEÇÃO I

DA ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 27. Os bens públicos imóveis são inalienáveis.

Art. 28. Os bens móveis públicos permitidos poderão ser alienados ou substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pelo Estado de Goiás, e que tenha

sido providenciada respectiva avaliação, ficando condicionada à integração dos novos bens ao patrimônio público.

Art. 29. Haverá necessidade de anuência do poder público para alienação de bens e obrigatoriedade de investimento dos recursos advindos de tais alienações no desenvolvimento do contrato de gestão.

CAPITULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. Serão obedecidas as normas insculpidas na Res. Normativa do TCE/GO nº 007/2011 e 013/2017.

Art. 31. Fica vedado que o CREDEQ mantenha relacionamento comercial ou profissional (contratar serviços, fazer aquisições, contratar funcionários e outros) com pessoas físicas e jurídicas que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório, assim como o previsto no art. 8-C, I e II da lei 15.503/2005.

Art. 32. Os casos *omissos* serão de *decididos pela presidência*.

Art. 33. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

* O presente Regulamento de Compras foi aprovado pelo Conselho de Administração da Associação Comunidade Luz da Vida em 09 de outubro de 2018.*



PUBLICAÇÕES PARTICULARES

Associação Comunidade Luz da Vida – CREDEQ CNPJ: 02.812.043/0012-50
Centro de Referência e Excelência em Dependência Química - CREDEQ Aparecida de Goiânia

PRINCÍPIOS BÁSICOS DA GESTÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS PROVENIENTES DO CONTRATO FIRMADO PARA GESTÃO DO CREDEQ – APARECIDA DE GOIÂNIA.

REGULAMENTO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS, SERVIÇOS, COMPRAS E ALIENAÇÕES

CAPÍTULO I SEÇÃO PRINCÍPIOS

Art. 1º - O presente instrumento tem como objetivo regulamentar os procedimentos gerais para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, a serem realizados pelo CREDEQ, com a utilização de recursos originários do Contrato de Gestão.

Parágrafo único - O presente regulamento versará sobre adoção de procedimentos e condutas adotadas pelo CREDEQ – UNIDADE APARECIDA DE GOIÂNIA – PROF. JAMIL ISSY, obedecendo ao disposto na Constituição Federal, no que tange, sobretudo aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, bem como aos ditames do contrato de gestão firmado entre o Estado de Goiás, através da Secretária Estadual de Saúde e a Associação Comunidade Luz da Vida.

SEÇÃO II DEFINIÇÕES

Art. 2º - Para a finalidade deste regulamento considera-se:

I. Compra: toda aquisição remunerada de materiais de consumo e/ou bens permanentes para fornecimento de uma só vez ou de forma parcelada, com a finalidade de suprir a Instituição com os materiais necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

II. Contratação: vínculo jurídico formal com o fornecedor de bens de consumo, bens permanentes, obras e serviços, expressos por ordem de compra ou contrato.

III. Obra: toda construção, demolição, reforma, recuperação ou ampliação de edificação ou de qualquer outra benfeitoria agregada ao solo ou subsolo e demais atividades que envolvam as atribuições privativas de Engenharia e Arquitetura.

IV. Serviço: prestação de qualquer trabalho intelectual, técnico ou manual, quando não integrante de execução de obra.

V. Alienação: toda cessão ou transferência de bens móveis, onerosa ou gratuita, permanente ou temporária.

VI. Carta Cotação/Edital: documento formal emitido pelo CREDEQ dando conhecimento público de seu interesse em comprar, contratar ou alienar, contendo todas as informações necessárias.

VII. Parecer de Compras/Eleição da Proposta: documento elaborado pelo comprador relatando sucintamente a negociação e o seu resultado.

VIII. Ordem de Compra: documento formal emitido pelo CREDEQ concretizando o ajuste comercial com o fornecedor, representando fielmente todas as condições da negociação, a exemplo de descontos, prazo de entrega, condição de pagamento e outras consideradas relevantes.

IX. Contrato: documento formal que em razão da natureza ou complexidade do ajuste comercial, estabelece por meio de cláusulas, as condições de fornecimento de bens de consumo, bens permanentes, obras, serviços e outras avenças, em conformidade com o Direito Civil Brasileiro e os princípios da teoria geral de contratos.

X. Aquisições/Contratações de Grande Vulto: Aquelas cujo valor total estimado da contratação/aquisição ultrapassa a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais).

XI. Aquisições/Contratações Comuns: Representam todas aquelas cujo os objetos contratados/adquiridos são usualmente comercializadas, ou seja, cuja qualidade, medida e especificações técnicas são conhecidas e praticadas no mercado.

XII. Aquisições/Contratações Complexas: São todas aquelas que exigem um grau de dificuldade que não são conhecidas no mercado, e/ou exigem uma personalização, com especificações técnicas inéditas para atendimento da necessidade do CREDEQ.

XIII. Aquisições/Contratações de Pequeno Valor: Considera-se, para todos os efeitos, as aquisições de bens e contratações de serviços definidas de pequeno valor aquelas até o limite, atualmente, de R\$

8.800,00 (oito mil e oitocentos reais).

XIII: Urgência ou Emergência, caracterizadas pela ocorrência de fatos inesperados e imprevisíveis, cujo não atendimento imediato seja mais gravoso importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, reconhecidos pela administração, assim como, possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares

XIV: Eventual: despesas casuais e fortuitas.

XV: Ata de registro de preços: é um recurso usado na contratação de bens e serviços, em que as empresas assumem o compromisso de fornecimento a preços e prazos registrados previamente.

Art. 3º - As obras ou serviços serão objetos de contratação somente quando os esforços, competência, qualificação e dimensão excedam às capacidades autossuficientes do CREDEQ e tenham caráter indispensável em vista do funcionamento operacional e administrativo da Instituição.

CAPÍTULO II SEÇÃO I DA PUBLICIDADE

Art. 4º - O CREDEQ dará publicidade prévia aos avisos de compras, contratações de obras, de serviços e alienações, no prazo mínimo de 05 (cinco) dias úteis para aquisições/contratações comuns e de no mínimo 10 (dez) dias úteis para aquisições/contratações complexas e/ou de grande vulto nos seguintes canais de comunicação:

I - Sítio eletrônico na internet do CREDEQ para todas as aquisições, contratações e alienações, incluídas aquelas que forem realizadas por meio de plataforma eletrônica de compras;

II - Jornal de grande circulação estadual e/ou nacional e no Diário Oficial do Estado, para contratações, cujo valor esteja acima de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), considerado o valor total estimado da aquisição, da contratação ou da alienação;

§ 1º - Havendo publicação em mais de um canal acima descrito, a contagem de prazo se dará a partir daquela que ocorrer por último.

§ 2º - Em todas as hipóteses elencadas nos incisos I e II deste artigo, deverão ser disponibilizadas no sítio eletrônico na internet do CREDEQ as versões integrais dos Editais (ou documentos que os substituam) das aquisições, alienações e contratações a serem realizadas.

Art. 5º - Excetua-se ao disposto no artigo quarto, as seguintes situações:

I) Nas aquisições de bens, materiais, e contratações de serviços e/ou importações cujo valor não exceda R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais) por ano, considerado o valor total da aquisição e/ou contratação, poderá ser dispensada a publicação prévia a que dispõe o artigo 4º deste Regulamento, vedado o fracionamento de despesas. Neste caso, deverá ser realizada cotação simples de preço, por e-mail, fax, formulário próprio, consulta a site na internet do fornecedor, entre outros.

II) Nas compras ou contratações realizadas em caráter urgência ou emergência, caracterizadas pela ocorrência de fatos inesperados e imprevisíveis, cujo não atendimento imediato seja mais gravoso importando em prejuízos ou comprometendo a segurança de pessoas ou equipamentos, reconhecidos pela administração, assim como, possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial, desde que, a vigência e a quantidade sejam limitadas ao tempo previsto para a aquisição na forma ordinária deste regulamento.

III) Na contratação de empresa especializada ou profissional de notória especialização, assim entendido aqueles cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com sua atividade, permita inferir que o seu trabalho é o mais adequado à plena satisfação do objeto a ser contratado, desde que comprovada a inviabilidade de competição.

IV) Quando o fornecedor for exclusivo para o objeto da compra ou contratação, desde que comprovada a exclusividade, através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio local, pelo



Sindicato ou equivalente, ou ainda por declaração do fabricante, vedada a preferência de marca.

V) Quando não acudirem interessados à seleção anterior devidamente publicada nos termos do artigo 4º e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para o objeto do contrato de gestão, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.

VI) Contratação de empresas públicas, entidades paraestatais, entidades sem fins lucrativos na área de educação, encaminhamento para pesquisa científica, tecnologia, organizações sociais, universidades nacionais ou estrangeiras. Nesses casos, a contratação somente poderá ocorrer se houver uma correspondência entre as atividades-fim de tais entidades com aquelas elencadas no contrato de gestão.

VII) Padronização: Atender ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas, devidamente justificadas;

VIII) Contratação de concessionário ou permissionário de serviços públicos se o objeto do contrato for pertinente ao da concessão

a) Nome da empresa.

b) CNPJ.

c) Descrição do item.

d) Quantidade do item.

e) Valor por item.

f) Valor total.

II. Nos casos de Contrato.

Parágrafo único – Além das informações elencadas no inciso II deste artigo, todos os contratos (e seus aditivos) firmados deverão ser publicados, na sua íntegra, no sítio eletrônico do CREDEQ.

SEÇÃO II DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 7º - Toda aquisição de bens e materiais, contratação de obras e serviços será efetuada mediante utilização de procedimentos de compras e de contratações abertos

e acessíveis ao público, divulgando as convocações e resultados das aquisições por meio da internet, na página do Centro de Referência e Excelência em Dependência Química – CREDEQ, exceto as ressalvadas em caráter de urgência no art. 5º do presente regulamento.

Parágrafo Primeiro: Para a consecução dos objetivos previstos no caput, o CREDEQ poderá utilizar de plataforma eletrônica de gerenciamento de preços.

Parágrafo Segundo: É facultada a escolha da melhor proposta por valor global ou por item, cujo objeto seja divisível, desde que, conste no edital esta previsão.

Parágrafo Terceiro: Para as compras de grande vulto, além do previsto no parágrafo anterior, haverá a publicação em jornal de grande circulação e estarão sujeitas a aprovação do conselho de administração *ad referendum*.

Parágrafo Quarto: Excluem-se das exigências dos parágrafos anteriores e do caput as aquisições realizadas de pequeno valor e aquelas realizadas em caráter de urgência ou emergência.

Parágrafo Quinto: Qualquer compra, obra e serviço que possua valor bruto de até R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) serão previamente autorizados pela Diretoria Administrativa/Financeira, sendo, ao final, a aquisição autorizada pela Diretoria Geral do CREDEQ, por meio da assinatura da competente Ordem de Compra ou do respectivo Contrato e poderão ser contratados mediante procedimento de cotação de preços, devendo o setor de compras buscar sempre colacionar aos autos a comprovação de ter atendido os critérios insculpidos em art. 11 deste regulamento.

Parágrafo Sexto: Os procedimentos de obras, serviços, compras e alienações cujo valor global seja superior ao valor definido no parágrafo anterior, deverão ser encaminhados, via Superintendência Executiva e autorizados pela Presidência da Associação Comunidade Luz da Vida.

SEÇÃO III DO PROCEDIMENTO DE COMPRA DE OBRAS E/OU SERVIÇOS:

Art. 8º - O procedimento compreenderá o levantamento de preços no mercado e será procedido de no mínimo 03 (três) propostas de diferentes fornecedores, ou obtidas por meio de cotação prévia de

ou permissão.

§ 1º - Nas hipóteses dos incisos III, IV, VI e VII, deste artigo, a empresa contratada deverá comprovar a compatibilidade do preço praticado no mercado, por meio de, pelo menos, uma nota fiscal de outros clientes, com produtos/serviços idênticos ou similares, ou o Serviço de Compras poderá comprovar a compatibilidade de preços através de contratações realizadas pela administração pública, entidades públicas ou privadas do terceiro setor para validação do valor contratado.

§ 2º - As compras ou contratações realizadas com fundamento nos Incisos I, II, e V, deste artigo, serão realizadas por meio de pesquisa de mercado, mediante cotação de preços, sempre que possível junto a, no mínimo, 03 (três) interessados, podendo essa ser realizada por telefone, e-mail ou orçamentos, devidamente registrada no respectivo processo de compras/contratação.

Art. 6º - Os resultados de todas as compras, contratações de obras e serviços, e as alienações serão disponibilizados no sítio eletrônico do CREDEQ, durante a vigência do contrato de gestão, observadas minimamente as seguintes informações:

I. Nos casos de ordem de compra.

a) Nome da empresa.

b) CNPJ.

c) Objeto do contrato.

d) Vigência do contrato.

e) Valor mensal.

f) Valor total.

preços, anexadas ao processo de compra.

Parágrafo primeiro - Quando não for possível realizar o número de cotações estabelecido no caput do presente artigo a Diretoria Administrativa/Financeira poderá autorizar a compra com o número de cotações que houver, mediante justificativa por escrito do serviço de compras.

Parágrafo segundo - O CREDEQ poderá optar pela adesão aos valores registrados em Atas de Registros de Preços vigentes para formalizar negociação diretamente com o fornecedor e propor a contratação nos mesmos moldes do Poder Público contratante, substituindo com isso, a fase de cotação de preços na formalização dos seus processos de aquisições e contratações.

Parágrafo terceiro - O disposto no parágrafo segundo deste artigo somente se aplica quando a licitação tiver sido promovida por órgão ou entidade da União, dos Estados ou do Distrito Federal, devendo constar no respectivo processo de compra/contratação a Ata de Registro de Preços que serviu de referência para negociação, bem como cópia de sua publicação na imprensa oficial.

Art. 9º - Inicia-se o procedimento (compra, obras, serviços) por solicitação escrita ou por intermédio de recurso eletrônico que deverá ser feita pelo setor/unidade requisitante à Diretoria Administrativa Financeira, sendo por esta autorizada a cotação de preços e início do procedimento.

Parágrafo único: A solicitação deverá conter a descrição completa do objeto, suas especificações, quantitativos, justificativa e regime de compra: rotina, urgência ou eventual e forma de eleição da proposta: global ou por item.

Art. 10 - Caso haja autorização, o processo será encaminhado ao setor, para que dê continuidade ao procedimento.

Art. 11 - Será (ao) selecionada(s) a(s) proposta(s) mais vantajosa(s), levando-se em consideração os critérios:

I. Qualidade.

II. Preço.

III. Prazo de entrega.

IV. Faturamento mínimo.

V. Prazo de validade

VI. Análise técnica.

VII. Durabilidade do produto/serviço.

VIII. Garantia do produto/serviço.

IX. Avaliação de fornecedores.

X. Custo do transporte e do seguro da carga até o local da entrega.

XI. Economia na execução, conservação e operação.

XII. Adoção das normas técnicas de saúde e de segurança do trabalho.

XIII. Impacto ambiental.



XIV. Atendimento ao princípio da padronização, que imponha compatibilidade de especificações técnicas e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantias oferecidas.

XV. As condições de guarda e armazenamento que não permitam a deterioração do bem.

XVI. Comprovação de capacidade técnica nos casos de fornecimento de bens, serviços ou obras, especialmente aqueles que envolvam importação de matéria-prima ou equipamentos, detenham conhecimento técnico específico, se constitua em alta complexidade ou envolva área ou atividade essencial.

XVII. Funcionalidade e adequação ao interesse da Unidade de Saúde.

XVIII. Outros, excepcionalmente, identificados como relevantes para a decisão, desde que previamente publicados na carta cotação e devidamente fundamentado no processo de compra/contratação.

Parágrafo Único: Caso haja divergência entre as especificações constantes no pedido de cotação e na proposta de preço, valerá a do primeiro, devendo o fornecedor executar o objeto em conformidade com o pedido de cotação.

Art. 12 - Após a conclusão do procedimento, a gerência de compras publicará o resultado, concedendo-se prazo de 02 (dois) dias úteis para Interposição de recurso, quando houverem concorrentes irrisignados com o resultado, sendo este por escrito e protocolado na Superintendência Executiva, contendo qualificação das partes e razões recursais, sendo este julgado pela Superintendência Executiva num prazo de até 03 (três) dias úteis, estando a decisão disponível junto à Assessoria Jurídica da Unidade.

Art. 13 - Não havendo interposição de recurso, o processo será encaminhado para apreciação e homologação, feita pela diretoria geral, ressaltando às hipóteses previstas no parágrafo sexto do art. 7º.

Art. 14 - Com as cotações e/ou propostas, e eventuais decisões administrativas, cabe à Diretoria Geral avaliar a ordem de compra, que autorizará ou não a realização do procedimento de compra, ressaltando às hipóteses previstas no parágrafo sexto do art. 7º.

Art. 15 - Caso a compra não seja autorizada, dá-se por encerrado o procedimento.

Art. 16 - A Ordem de Compra corresponde ao contrato formal efetuado com o fornecedor e encerra o procedimento de compras, representando fielmente todas as condições da negociação, a exemplo de descontos, prazo de entrega, condição de pagamento e outras consideradas relevantes para a gestão do processo.

Parágrafo primeiro - A Ordem de Compra deverá ser assinada pelo Gerente de Compras, pela Diretoria Administrativa/Financeira e pela Diretoria Geral, ressaltadas às hipóteses do parágrafo sexto do art. 7º.

Parágrafo segundo - Nos casos de aquisição de bens de consumo e bens patrimoniais ou prestação de serviços continuados, bem como aqueles que por sua natureza ou complexidade a administração da Unidade julgar conveniente, será lavrado contrato, que se regerá pelo Direito Civil Brasileiro e pelos princípios da Teoria Geral de Contratos.

Parágrafo terceiro - As quantidades cotadas poderão sofrer aumento ou redução de até 25% (vinte e cinco) por cento, dentro da validade da proposta até mesmo através de Ordem de Compra Complementar, conforme interesse do CREDEQ, sendo que nos casos de aumento deverá haver concordância do fornecedor.

Parágrafo quarto - O fornecedor deve registrar na NOTA FISCAL a ser emitida de forma impressa no corpo da mesma (e/ou documentos equivalentes) o número do Contrato de Gestão (e aditivos) a que a despesa se refere.

SEÇÃO IV DA REGULARIDADE JURÍDICA e FISCAL

Art. 17. Para habilitar na oferta de preço os proponentes deverão apresentar os seguintes documentos:

- I. Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ;
- II. Última alteração do Contrato ou Estatuto Social, desde que devidamente consolidada, ou Contrato e Estatuto de Constituição acompanhado da última alteração contratual;
- III. Inscrição Estadual ou declaração de isento;
- IV. Inscrição Municipal ou declaração de isento, no caso de obras e serviços;
- V. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante Certidão Conjunta de débitos relativos a Tributos Federais e da Dívida Ativa da União, que abranja inclusive a regularidade relativa às contribuições previdenciárias e sociais;

VI. Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual de Goiás, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Estaduais;

VII. Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Municipais, no caso de obras e serviços;

VIII. Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, através da apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

IX. Prova de regularidade com a Justiça do Trabalho;

X. Documentos pessoais dos sócios ou dirigentes (RG e CPF);

XI. Procuração e documentos pessoais (RG e CPF) para o representante da contratada, quando não forem os seus sócios que assinarão o contrato.

Parágrafo primeiro: Se necessários à completa avaliação do fornecedor, a critério da Diretoria Geral, outros documentos poderão ser exigidos, desde que previamente estabelecidos do edital. Parágrafo segundo: Admitir-se-á como válida a certidão positiva com efeito de negativa.

Parágrafo terceiro: O CREDEQ a qualquer tempo poderá desclassificar a proposta ou desqualificar o proponente sem que a esse caiba direito de indenização, na hipótese de vir a tomar conhecimento de fato ou de circunstância que desabone sua idoneidade financeira ou técnica, ou ainda que comprometa sua capacidade de produção, relativo a entrega e qualidade dos produtos.

Parágrafo quarto: A empresa que incorrer em reincidências de erros (cancelamento de entrega, orçamentos com erros no valor, marca, apresentação, etc) poderá ser inativada para participar de futuras compras do CREDEQ, por prazo não superior a 02 (dois) anos, resguardado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Art. 18 - Exceções para regularidade fiscal:

I. Pequeno valor: aquisições de bens e prestação de serviços até o valor de R\$8.800,00 (oito mil e oitocentos reais)

II. Emergência: Situações em que o risco envolvido seja elevado a tal ponto de ocasionar dano irreparável ou de difícil reparação.

III. Fornecedor Exclusivo;

IV. Inexistência de outros fornecedores na localidade.

Parágrafo único - É defeso a realização de contratações sem qualquer comprovação da regularidade jurídica do terceiro, sendo recomendável (porém não impositiva) a exigência dos documentos previstos no art. 14, notadamente aqueles obtidos pela internet. Entretanto, circunstâncias específicas da contratação podem possibilitar o cumprimento desse requisito por meio de outros documentos indicativos da existência e formalidade perante a ordem jurídica e o mercado em que atua.

SEÇÃO V DA ELABORAÇÃO DOS CONTRATOS

Art. 19 - Os contratos firmados com os fornecedores deverão conter, no mínimo, cláusulas que estabeleçam necessariamente:

- I. A qualificação das partes;
- II. O objeto e seus elementos característicos, contendo a especificação da obra, do serviço, ou do bem;
- III. Os valores unitários e totais e as condições de pagamento;
- IV. O prazo de vigência do contrato;
- V. Quantitativos;
- VI. Direitos, obrigações e responsabilidades das partes;
- VII. As penalidades cabíveis e, quando aplicável, os valores das multas;
- VIII. Os índices de reajuste e, quando aplicável, as garantias;
- IX. Os casos de rescisão;
- X. A obrigação de que as partes ajam de modo leal, responsável e probó, além de perseguir a boa fé, para repelir quaisquer ações intencionalmente desleais, injustas, desonestas, prejudiciais, fraudulentas ou ilegais, sempre ancorados nas ações de transparência pública.
- XI. Outras previamente estabelecidas no instrumento de seleção.



§ 1º Os contratos firmados pelo CREDEQ terão vigência inicial de até 12 meses, salvo as situações devidamente justificadas.

§ 2º Exceto os casos em que o fornecedor detiver o monopólio ou exclusividade da atividade, os contratos firmados poderão ser prorrogados até o limite total de 60 (sessenta) meses, devendo o CREDEQ, anualmente, nesses casos, comprovar que a prorrogação da avença atende ao princípio da economicidade.

§ 3º Quando na utilização de recursos oriundos de contratos de gestão, os contratos firmados pelo CREDEQ deverão conter cláusula que disponha sobre a obrigatoriedade de rescisão contratual em caso de término do contrato de gestão.

§ 4º A determinação do prazo não será aplicada para os contratos de adesão, independentemente do termo adotado, assim compreendidos aqueles em que as cláusulas tenham sido aprovadas pela autoridade competente ou estabelecidas unilateralmente pelo fornecedor de produtos ou serviços, sem que se possa discutir ou modificar seu conteúdo.

§ 5º As contratações realizadas por meio de contratos de adesão, à exceção daquelas em que houver monopólio ou exclusividade da atividade, deverão ser reavaliadas no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) meses, podendo, em casos excepcionais devidamente justificados, estender por um período não superior a 12 (doze meses), com o objetivo de comprovar a vantajosidade da manutenção do contrato.

Art. 20. As aquisições para entrega imediata e a contratação de serviços não contínuos dispensam a confecção de contrato e a execução do objeto obedecerá às disposições contidas nas especificações do pedido de cotação e na proposta de preços.

Parágrafo Primeiro: Entende-se por entrega imediata como sendo aquelas cujo quantitativo de itens adquiridos seja entregue em uma única parcela em prazo não superior a 15 (quinze) dias.

Parágrafo Segundo: Entende-se por serviços não contínuos como sendo aqueles que são contratados para atender demandas eventuais e que, após a sua execução, deem-se por finalizados, ser necessidade de continuidade.

Art. 21. As alterações contratuais por acordo entre as partes, desde que justificadas, e as decorrentes de necessidade de prorrogação, constarão de termos aditivos.

Parágrafo único – Os contratos poderão ser aditados, nas hipóteses de acréscimo, que se fizerem necessários nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado, e no caso particular de reforma predial ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), e poderão ser suprimidos em qualquer quantidade.

CAPÍTULO III SEÇÃO DOS RECURSOS E IMPUGNAÇÕES

Art. 22. Ao divulgar o resultado, a unidade concederá um prazo de 02 (dois) dias úteis para a interposição de recurso, que deverá ser apresentado de forma escrita, em petição endereçada à Superintendência Executiva, mediante protocolo.

Art. 23. O Recurso interposto/impugnação será criteriosamente avaliada pelo Superintendente da unidade, que decidirá sobre o caso num prazo de 03 (três) dias úteis, sendo disponibilizada cópia da decisão junto à Assessoria Jurídica da unidade.

CAPÍTULO IV SEÇÃO DOS PAGAMENTOS

Art. 24. Os pagamentos devem ser feitos preferencialmente por transferência bancária, boleto, e excepcionalmente por cheque, excetuando as despesas de pequena monta.

Parágrafo Primeiro: Cabe ao(a) contratado(a) o fornecimento dos dados bancários de corretos, haja vista que a unidade não se responsabilizará por dados fornecidos incorretamente.

Parágrafo segundo: O pagamento será efetuado somente ao emissor da Nota Fiscal, através de Conta Corrente de Pessoa Jurídica.

Art. 25. O pagamento somente poderá ser efetuado mediante entrega da respectiva nota fiscal.

§ 1º - De modo geral, o pagamento será realizado após a entrega dos bens ou da execução dos serviços contratados, devendo o setor responsável atestar se os bens foram entregues e/ou se os serviços foram executados, sob pena de responsabilidade.

§ 2º - Excepcionalmente poderá o pagamento ser efetuado antes da entrega dos bens e da execução dos serviços, desde que, a natureza da contratação ou aquisição assim se exija e devidamente justificado pela diretoria financeira.

§ 3º - Nos casos de adiantamento de caixa e outras aquisições, que se fizerem necessárias pela natureza da operação, fica autorizado o pagamento antes da entrega do bem, desde que, justificado.

SEÇÃO II DO RECEBIMENTO DOS BENS E SERVIÇOS

Art. 26. O recebimento dos bens de consumo, bens patrimoniais ou serviços será realizado pelo Serviço de Almoxarifado e/ou pelo Serviço de Manutenção e Patrimônio e que, se de outra forma não for determinada, ficam responsáveis pela conferência dos mesmos com as especificações contidas na Ordem de Compra ou Contrato, e ainda pelo encaminhamento da Nota Fiscal para pagamento.

CAPÍTULO V SEÇÃO I DA ALIENAÇÃO DE BENS

Art. 27. Os bens públicos imóveis são inalienáveis.

Art. 28. Os bens móveis públicos permitidos poderão ser alienados ou substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pelo Estado de Goiás, e que tenha sido providenciada respectiva avaliação, ficando condicionada à integração dos novos bens ao patrimônio público.

Art. 29. Haverá necessidade de anuência do poder público para alienação de bens e obrigatoriedade de investimento dos recursos advindos de tais alienações no desenvolvimento do contrato de gestão.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 30. Serão obedecidas as normas insculpidas na Res. Normativa do TCE/GO nº007/2011 e 013/2017.

Art. 31. Fica vedado que o CREDEQ mantenha relacionamento comercial ou profissional (contratar serviços, fazer aquisições, contratar funcionários e outros) com pessoas físicas e jurídicas que se relacionem com dirigentes que detenham poder decisório, assim como o previsto no art. 8-C, I e II da Lei 15.503/2005.

Art. 32. Os casos omissos serão de *decididos pela presidência*.

Art. 33. O presente Regulamento entra em vigor na data de sua publicação.

* O presente Regulamento de Compras foi aprovado pelo Conselho de Administração da Associação Comunidade Luz da Vida em 09 de outubro de 2018.*



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS

PROCESSO: 201811867002345

INTERESSADO: CENTRO DE REFERÊNCIA E EXCELÊNCIA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

ASSUNTO: Análise do Regulamento de Compras do CREDEQ

DESPACHO Nº 137/2018 SEI - GEFP- 15103

A Controladoria-Geral do Estado – CGE, em atenção ao estabelecido na Lei Estadual nº 15.503/2005, tem por objetivo manifestar, antes da publicação, sobre o regulamento próprio contendo os procedimentos que a Organização Social adotará para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público. Nesse sentido, através do Ofício n. 052/2018-SUPEX/CREDEQ, de 12 de novembro de 2018 (SEI 4765578), a Associação Comunidade Luz da Vida encaminhou o Regulamento de Compras do CREDEQ.

2. Na presente análise foi observado se a entidade atendeu aos princípios elencados no artigo 17 da Lei Estadual nº 15.503/2005, *in verbis*:

Art. 17. A organização social fará publicar, no Diário Oficial do Estado, no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da assinatura do contrato de gestão, regulamento próprio contendo os procedimentos que adotará para a contratação de obras, serviços, compras e admissão de pessoal com emprego de recursos provenientes do Poder Público, em que se estabeleça, no mínimo, a observância dos **princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo.** (grifo nosso)

3. Diante disto, elencamos a conceituação adotada neste despacho para os princípios estampados no artigo 17 da Lei Estadual nº 15.503/2005:

PRINCÍPIO DA IMPESSOALIDADE: as atividades executadas pelo parceiro privado em matéria de contratações devem ter em mira o interesse público, e não se dar em benefício de certos membros da entidade ou de determinados contratados. Em matéria de escolha daquele que com a organização social celebrará contratos privados, a seleção deve ocorrer, portanto, de forma impessoal, de modo a não prejudicar ou beneficiar uns em detrimento de outros, sob pena de desvio de finalidade;

PRINCÍPIO DA MORALIDADE: conjunto de valores éticos que fixam um padrão de conduta que deve ser necessariamente observado pelas organizações sociais com o manuseio de recursos públicos, como condição para uma honesta, proba e íntegra gestão da coisa pública. Por tal princípio, espera-se que os parceiros privados da Administração atuem, sobretudo em matéria de compras, aquisições e contratações, com lisura, retidão de caráter, decência, lealdade e decoro;

PRINCÍPIO DA BOA-FÉ: compreende o comportamento leal e honesto da organização social e de seus agentes, de forma a, em matéria de contratações levadas a cabo pela entidade, serem afastados todos os comportamentos reveladores de surpresas, ardis ou armadilhas. Em sua atuação com recursos públicos, devem os parceiros privados guiar-se pela estabilidade, transparência e previsibilidade, não se tolerando qualquer possibilidade de engodo, visando à satisfação de interesses outros, que não o interesse público;

PRINCÍPIO DA PROBIDADE: ao dever de honestidade e de fidelidade para com o Poder Público e os particulares – pessoas jurídicas ou não – com os quais a entidade privada celebra, ou pode vir a celebrar, contratos e demais ajustes, servindo-se de recursos públicos, de modo a não tomar providências que podem ser lesivas ao interesse público ou ao legítimo interesse de particulares que pretendem manter, ou que mantêm, relações contratuais com organizações sociais. Por este princípio, busca-se evitar que haja locupletamento indevido por parte das organizações sociais ou de seus gestores;

PRINCÍPIO DA ECONOMICIDADE: corresponde à ideia de desempenho qualitativo. Trata-se da obtenção do melhor resultado de uma determinada alocação de recursos financeiros, com base na modicidade, dentro de uma equação de custo-benefício, a fim de ser selecionada a melhor proposta para a efetuação de uma despesa que tem por base recursos públicos. Trata-se de exigência de eficiência na gestão financeira;

PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA: corresponde ao dever de o parceiro privado realizar as suas atribuições, sobretudo em matéria de contratações, com perfeição e rendimento, de modo a proporcionar os melhores resultados, a partir da adoção de meios, métodos e procedimentos adequados;

PRINCÍPIO DA ISONOMIA: não se tratando de verba privada, os recursos utilizados pelas organizações sociais para a celebração de contratos e demais ajustes com particulares não se encontram na integral e livre disponibilidade do parceiro privado. A sua aplicação deve dar-se sem favoritismos ou distinções baseadas em critérios meramente subjetivos. Ou seja, todos aqueles interessados em celebrar contratos com as organizações sociais devem destas receber tratamento parificado, não sendo admitida qualquer discriminação arbitrária, que gere desvalia de proposta em proveito ou detrimento de alguém, como resultado de interferências pessoais injustificadas. Não basta ao parceiro privado buscar a proposta mais vantajosa. É necessário, antes disso, que igual oportunidade seja dada a todos aqueles que se encontram em uma mesma posição, com oferta de igual tratamento;

PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE: corresponde ao dever de tornar pública a intenção de contratar, de modo a garantir adequada oportunidade a todos aqueles que desejarem celebrar contratos com organizações sociais, tendo por base recursos públicos. Ou seja, a atividade administrativa executada pelo parceiro privado para a seleção de propostas deve ser transparente, pública e de conhecimento coletivo;

PRINCÍPIO DO JULGAMENTO OBJETIVO: a seleção da melhor proposta deverá levar em conta critérios previamente tornados públicos a todos os interessados, não podendo haver espaço de discricionariedade para a escolha de com quem contratar.

4. Também, foi observado se a Entidade atendeu ao PARECER Nº 9/2017 SEI - ADSET - 05463 (SEI 0354237), adotado e aprovado pela Procuradoria Geral do Estado - PGE, através do DESPACHO "AG" nº 000758/2018 (SEI 2040828) o qual foi revisado, posteriormente, pelo DESPACHO "AG" nº 000447/2018 (SEI 3358553). Em decorrência, cabe às organizações sociais realizar as alterações em seus regulamentos próprios, de forma a atender as orientações espostas no citado parecer e despachos.

A) REGULAMENTO PARA AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

5. Após a devida apreciação do **REGULAMENTO DE COMPRAS** da Comunidade Luz da Vida/CREDEQ (SEI 4765578), observa-se que texto original e as adequações promovidas por essa Entidade foram suficientes para atender, em sua plenitude, aos princípios elencados nos parágrafos alhures e/ou às orientações da PGE constantes no PARECER Nº 9/2017 SEI - ADSET - 05463, DESPACHO "AG" nº 000758/2018 e DESPACHO "AG" nº 000447/2018, cabendo à Organização Social realizar apenas os seguintes ajustes formais:

- i. No Inciso I do Artigo 6º, onde se lê "**e) Valor Total**" substituir por "**f) Valor Total**";
- ii. No Parágrafo terceiro do Artigo 8º, onde se lê "**O disposto no parágrafo terceiro...**" substituir por "**O disposto no parágrafo segundo...**";
- iii. No Artigo 11, onde se lê "**XVIII. XVIII.**" substituir por "**XVIII.**".

B) ENCAMINHAMENTOS:

6. Considerando o enredo tratado neste expediente, tendo em vista o encaminhamento do texto atual do REGULAMENTO DE COMPRAS da Comunidade Luz da Vida/CREDEQ (SEI 4765578), em atendimento à Instrução Normativa nº 37/2016-CGE/GAB, manifestamos *favoravelmente* à aprovação desse regulamento pela Controladoria-Geral do Estado, *desde que sejam realizados os ajustes formais previstos no item 5 deste expediente.*

7. Ademais, registra-se que compras, contratações e alienação realizadas em desconformidade ao citado regulamento será considerado irregular (*Artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Estado*). Portanto, deverão ser registradas no julgamento das prestações de contas da referida Organização Social pela SES, sob pena de responsabilidade solidária.

8. A análise técnica desta especializada não tem a pretensão de exaurir o assunto, salientando que cabe à Entidade observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo, bem como posteriores considerações, que poderão ser elencadas em procedimentos de fiscalização, conforme competência deste Órgão.

9. Isto posto, submetemos os autos à Superintendência de Fiscalização das Contas de Contratos de Gestão, com sugestão de envio ao Gabinete do Secretário desta Controladoria para conhecimento do disposto neste expediente e, se assim entender, APROVAÇÃO do regulamento em análise com os ajustes formais considerados no parágrafo 5 e, após, encaminhamento de cópia deste expediente à Comunidade Luz da Vida e à Secretaria de Estado da Saúde SES para a adoção das providências de seu mister, uma vez que foi comprovado a aprovação do Conselho de Administração da ENTIDADE nos termos do Art. 4º da Lei Estadual nº 15.503/2005 (SEI 4802610).

Gerência de Fiscalização das Parcerias da Superintendência de Fiscalização das Contas de Contratos de Gestão, em Goiânia-GO, aos 14 dias do mês de novembro do ano de 2018.

Rafael Rezende Aidar

Gestor de Fiscalização, Controle e Regulação

De acordo:

Adriano Abreu de Castro



Documento assinado eletronicamente por **RAFAEL REZENDE AIDAR, Gestor (a) de Fiscalização, Controle e Regulação**, em 14/11/2018, às 16:02, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



Documento assinado eletronicamente por **ADRIANO ABREU DE CASTRO, Gerente**, em 14/11/2018, às 16:03, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto nº 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site

http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?

[acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1](http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1) informando o código verificador **4802649** e o código CRC **E5013006**.

GERÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DAS PARCERIAS
RUA 82 400 - Bairro SETOR SUL - CEP 74015-908 - GOIÂNIA - GO - PALÁCIO PEDRO
LUDOVICO TEIXEIRA (PPLT), 3º ANDAR 623201530



Referência: Processo nº 201811867002345



SEI 4802649



ESTADO DE GOIÁS
CONTROLADORIA-GERAL DO ESTADO
GABINETE

PROCESSO: 201811867002345

INTERESSADO: CENTRO DE REFERÊNCIA E EXCELÊNCIA EM DEPENDÊNCIA QUÍMICA

ASSUNTO: Análise do Regulamento de Compras.

DESPACHO N° 2883/2018 SEI - GAB

Em vista do que se consta nos presentes autos, em especial do disposto no Despacho n° 137/2018 SEI - GEFP (SEI 4810415) e, em atenção ao parágrafo único do Artigo 17 da Lei Estadual n° 15.503/2005, bem como ao Ofício n. 052/2018-SUPEX/CREDEQ, de 12 de novembro de 2018 (SEI 4765578) que encaminha cópia do Regulamento de Compras da Comunidade Luz da Vida/CREDEQ, **APROVO** as alterações promovidas no “Regulamento de Compras”, com a ressalva de se efetuar os ajustes formais propostos no parágrafo 5 do Despacho n° 137/2018 SEI - GEFP (SEI 4810415).

Na oportunidade, ressalto que as alterações aprovadas no Regulamento de Compras, com os devidos ajustes, deverão ser publicadas na imprensa oficial, nos termos do *Artigo 17 da Lei Estadual n° 15.503/2005* e que, caso a Entidade promova outras alterações no regulamento em questão, deverá encaminhar para nova aprovação desta CGE e posterior republicação na imprensa oficial.

Ressalto ainda, que as contratações que forem realizadas em desconformidade ao citado regulamento serão consideradas irregulares (*vide artigo 209 do Regimento Interno do Tribunal de Contas de Estado*) e, portanto, deverão ser registradas no julgamento das prestações de contas da referida Organização Social pela *SES*, sob pena de responsabilidade solidária.

Ademais, a aprovação desta CGE não tem a pretensão de exaurir o assunto, salientando que cabe à OS observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da boa-fé, da probidade, da economicidade, da eficiência, da isonomia, da publicidade e do julgamento objetivo, bem como a posteriores considerações que poderão ser elencadas em procedimentos de fiscalização, conforme competência deste Órgão.

Encaminhe ofício à *SES* para conhecimento e à Comunidade Luz da Vida para conhecimento e encaminhamento de cópia da referida publicação a esta *CGE*, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após sua efetivação.

Gabinete do Secretário de Estado-Chefe da Controladoria-Geral do Estado, em Goiânia, aos 26 dias do mês de novembro de 2018.



Documento assinado eletronicamente por **MURILO NUNES MAGALHAES, Secretário (a) de Estado-Chefe**, em 27/11/2018, às 16:38, conforme art. 2º, § 2º, III, "b", da Lei 17.039/2010 e art. 3ºB, I, do Decreto n° 8.808/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.go.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=1 informando o código verificador **4810458** e o código CRC **43ADC839**.



Referência: Processo nº 201811867002345



SEI 4810458